

APRESENTAÇÃO

A Convenção sobre a Diversidade Biológica é um dos principais instrumentos internacionais de proteção ambiental. Entre os vários assuntos tratados, os dois que têm dado maiores desdobramentos são o controle do acesso aos recursos genéticos e os organismos geneticamente modificados. O primeiro tema é o objeto deste livro. O segundo será tratado no terceiro livro da nossa coleção.

O tema “controle do acesso aos recursos genéticos” tem sido objeto de intenso debate entre cientistas, governos, empresas desde 1992 e, sobretudo, a partir do final dos anos 90. Neste contexto, insere-se a discussão sobre a soberania e os recursos naturais, a biopirataria, o direito ao desenvolvimento das comunidades locais, povos indígenas e quilombolas, assim como do seu consentimento prévio e fundamentado para o acesso ao material biológico situado em suas terras, o direito dos pesquisadores em realizar livremente suas pesquisas sobre o material biológico em benefício da humanidade.

O Brasil foi um dos países pioneiros na argumentação internacional em favor da soberania nacional dos recursos genéticos. Também é o país de maior diversidade biológica do planeta. No entanto, desde a ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, pouco fez para a consolidação de contratos de acesso aos recursos genéticos, que promovessem o seu desenvolvimento. No início, passou anos sem qualquer legislação. Depois, através de uma Medida Provisória, criou uma estrutura ineficaz e burocrática para a gestão de pedidos de acesso, e poucos contratos foram realizados. Atualmente, esforça-se para ter um quadro normativo suficiente para a proteção ambiental e para a promoção do desenvolvimento sustentável, mas apenas dá os primeiros passos neste sentido.

Diversos países do mundo no entanto, progrediram. Ao todo, dezenas de normas nacionais foram publicadas e consolidadas, e mais de cinquenta contratos interessantes foram assinados em todo o mundo, muitos deles envolvendo de forma positiva as populações tradicionais, a comunidade científica e governos dos países de origem e de desenvolvimento dos recursos. Drogas importantes foram desenvolvidas, produtos agrícolas derivados destes recursos já estão sendo cultivados e o desenvolvimento local aplicado.

Esta realidade não escapa ao Direito. Muitos países já desenvolveram experiências regulatórias que merecem ser observadas e o Brasil já começa a apresentar soluções positivas.

O objetivo deste livro é trazer um pouco desta experiência internacional para os acadêmicos e profissionais do Brasil, além de mostrar algumas das soluções existentes no próprio país. A maior parte dos autores, de outras áreas do conhecimento têm se concentrado nas definições gerais do tema, até porque o mesmo estava sendo ainda delienseado no país. A proposta deste volume, como os demais, é dar um passo adiante. Propõe-se analisar a posição de diversos autores internacionais e nacionais que tem trabalhado exaustivamente o tema, trazendo experiências internacionais inovadoras para contribuir para o início da discussão jurídica ambiental no Brasil, sem perder de vista o objetivo crítico do trabalho.

Deste modo, o livro começa com um panorama geral do tema, apresentado por Marie-Angèle Hermitte, da Universidade de Paris. Neste artigo, pretende-se esclarecer que o acesso aos recursos genéticos é um tema que muito evoluiu nos últimos dez anos e que hoje abrange não apenas recursos genéticos de microrganismos e vegetais, mas também recursos genéticos animais e até mesmo de seres humanos.

Alain Pottage, da Universidade de Londres, segue na descrição do tema, sob um ponto de vista crítico, abordando a evolução da dominação da vida por algumas empresas, o crescimento da abrangência de proteção dos direitos de propriedade intelectual sobre seres vivos e as implicações sociais da matéria.

Graham Dutfield, da Universidade de Oxford, inicia a parte mais específica, jurídica, abordando o como os direitos de propriedade intelectual tem sido determinantes na evolução do tema, antes de natureza essencialmente ambiental. Seu artigo traz de forma bastante ampla as questões geopolíticas da proteção dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados.

Sempre no intuito de cada vez detalhar mais o tema, Marcelo Varella, do Centro Universitário de Brasília, traz um panorama das normas internacionais que regulamentam o tema, analisando os principais pontos tratados em diversos países, e que têm sido os instrumentos guias para a realização dos contratos de acesso e proteção dos conhecimentos tradicionais.

Florence Bellivier, da Universidade de Paris, adentra na parte contratual, mostrando de forma clara e sistemática, as diversas possibilidades de contratos possíveis e como o direito civil tradicional tem sido a ferramenta privilegiada para o tratamento do tema.

Kiishiro Hayashi, de Tóquio, adentra em contratos específicos, revelando o quanto o tema prosperou nos últimos anos. Diversas modalidades de cláusulas contratuais em defesa do meio ambiente, dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos biológicos.

Paulo Peret, do CNPq, traz a discussão para o Brasil, mostrando alguns contratos feitos no território nacional. Estes contratos demonstram o nível de relacionamento já estabelecido e pode ser utilizado como uma importante ferramenta de comparação com os demais casos levantados em outros países.

Christine Noiville, também da Universidade de Paris, aborda um tema mais específico e muito pouco tratado internacionalmente, sobre os coleções de recursos biológicos, e o seu tratamento jurídico autônomo, guiado por princípios e regras às vezes diferentes daqueles estipulados pelas normas nacionais.

Em seguida, iniciamos uma terceira parte, onde se trata de questões de caráter político. Ana Flávia Barros Platiau, da Universidade de Brasília, discute a questão da governança, envolvendo os diversos atores do processo e a necessidade de fixar relações mais adequadas entre estes atores para a consecução dos objetivos desejados.

Duas representantes do Ministério Público que recentemente fizeram suas dissertações de mestrado sobre o tema, com uma ampla pesquisa, apresentam ainda interessantes considerações. De forma sistemática, Sandra Kishi traz um interessante artigo sobre a principiologia do acesso aos recursos genéticos e Juliana Santilli complementa com sua experiência na área dos conhecimentos tradicionais associados das comunidades locais.

O livro segue a metodologia proposta para a coleção. Após a coleta dos artigos, os organizadores fazem uma revisão técnica e debatem os artigos com os autores. A versão final do conjunto de artigos é enviada a cada um dos autores, para que possam ler os textos dos demais e fazer as correções que julguem necessárias nos próprios textos. O objetivo desta troca e discussão de textos é dar maior coerência entre os textos e permitir reflexões em função dos argumentos dos demais autores do livro.

Inicia-se então a fase de tradução, pela equipe e revisão técnica final dos organizadores. Assumimos desde já a responsabilidade por quaisquer imperfeições no trabalho. Neste ponto, vale ressaltar que preferimos não mudar a forma de estruturação lógica dos textos, que difere muito entre os autores de formação francesa e os demais. Também retiramos as referências bibliográficas, que foram inseridas completamente no rodapé,

seguindo o estilo original dos autores. Outras informações pertinentes podem ser encontradas no sitio internet do nosso grupo www.ecosciences.org

Por fim, gostaríamos de agradecer a toda equipe que nos ajudou neste longo trabalho de mais de um ano. Aos autores, aos tradutores Bruno Guérard e Maria Teresa, à revisora de português Amabile Pieroti e aos amigos da Editora e Livraria Del Rey, sempre eficientes.

Marcelo Dias Varella e Ana Platiau